

A delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017

 André Almeida Cunha Arantes *
Júlia Ester Cavalcante Fonseca **
Tácio Rodrigues da Silva Santos ***

Resumo: Os Jogos Escolares Brasileiros foram criados pelo Ministério da Educação em 1969. Para participar da etapa nacional, é necessária a classificação nas seletivas estaduais. Em 2017, os melhores atletas selecionados na etapa local fizeram parte da delegação do Distrito Federal. O objetivo desta pesquisa foi verificar, junto aos atletas escolares da delegação do Distrito Federal, se atletas escolares de modalidades individuais e coletivas tiveram representação divergente quando confrontados com condição social e local de prática esportiva e de estudo. Participaram deste estudo 157 atletas escolares dos sexos feminino e masculino, entre 15 e 17 anos de idade. O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi um questionário, desenvolvido com a ferramenta digital Google Forms e enviado por correio eletrônico para os atletas escolares. A proporção de atletas escolares das modalidades individuais e coletivas não diferiu nos estratos econômicos inferior, intermediário e superior. Já a proporção de atletas escolares oriundos de escolas privadas foi maior nas modalidades coletivas. Quanto ao local de início da prática esportiva e locus de prática da modalidade atual, verificou-se maior presença de atletas escolares de modalidades coletivas em equipamentos privados. Notou-se deslocamento de atletas escolares dos equipamentos esportivos públicos para privados, quando observados o local de início e o local de prática esportiva atual, de forma mais acentuada entre os atletas escolares das modalidades coletivas. Para mitigar esse deslocamento, é importante criar condições de estudo e desenvolvimento esportivo mais atraentes tanto nas escolas públicas quanto nos centros de iniciação desportiva.

Palavras-chave: Esporte escolar. Jogos escolares. Política pública. Política educacional. Juventude. Atletas.

* André Almeida Cunha Arantes é graduado em Educação Física pela Faculdade Dom Bosco de Brasília (1991), especialista em Treinamento Esportivo pela UNB (2001), mestre em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (2005) e doutor em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (2019). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e professor titular do curso de Educação Física do UniCEUB. Contato: andre.arantes@edu.se.df.gov.br

** Júlia Ester Cavalcante Fonseca é bacharela em Educação Física pelo UniCEUB. Contato: juliacavalcantefonseca@gmail.com

*** Tácio Rodrigues da Silva Santos é graduado em Educação Física pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2010), mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília - UnB (2014) e doutor em Educação Física pela Universidade de Brasília - UnB (2019). Professor no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e professor convidado no Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA). Contato: tacio.santos@ceub.edu.br

Introdução

Os Jogos Escolares Brasileiros foram criados pelo Ministério da Educação em 1969. Nesses 50 anos de evento, várias trocas de nomenclatura ocorreram (ARANTES *et al.*, 2012). Entre os objetivos desse evento, ao longo de cinco décadas, observam-se tanto a intenção da descoberta de talentos esportivos – manifestada pela preparação de atletas para o futuro e pela ênfase na competição e no esporte de rendimento – como uma preocupação educacional, voltada para a formação integral do atleta escolar, o que também pode ser verificado no discurso dos gestores de esporte responsáveis pelo evento (ARANTES *et al.*, 2019a). Segundo esses pesquisadores, as duas dimensões – competição e educacional – estiveram presentes em todas as fases do evento, porém o que mudou de tempos em tempos foi a ênfase em uma narrativa ou noutra. No ano de 2017, com o nome de Jogos Escolares da Juventude, o evento contou com a participação de uma delegação de atletas escolares do Distrito Federal, composta por 157 jovens dos sexos masculino e feminino para disputar competições nas seguintes modalidades esportivas: basquete, futsal, handebol e vôlei, atletismo, judô, natação, luta olímpica, ciclismo, vôlei de praia, tênis de mesa, *badminton*, ginástica rítmica e xadrez (ARANTES *et al.*, 2019b; DISTRITO FEDERAL, 2020).

Para participar do evento nacional, é necessário se classificar nas seletivas estaduais. Os Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF) são a oportunidade para os atletas escolares da cidade (ARANTES *et al.*, 2019b). Segundo Silva (2014), os JEDF foram criados em 1960 e contam com atletas escolares muito motivados a participar de uma competição escolar nacional. Em 2017, quando esta pesquisa foi realizada, ocorreu a 57ª edição dos Jogos Escolares do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Eventos esportivos escolares com etapas seletivas por estado e uma final nacional não são novidade brasileira. Segundo De Bosscher *et al.* (2006), Diegel (2002) e Green e Oakley (2001), a relação entre o sistema esportivo e a escola é bastante comum nos países com bom resultado esportivo. São essas iniciativas que garantem a renovação esportiva nacional. A Rússia e a Alemanha Oriental foram precursoras dessa articulação que, posteriormente, foi incorporada por Austrália, França e Reino Unido (GREEN; OAKLEY, 2001).

A *Spartakiades* foi um evento competitivo para juventude criado na década de 1960, na Alemanha Oriental, e inspirado no modelo soviético. Segundo Dennis e Grix (2012), as seletivas ocorriam em nível local, e os melhores jovens se classificavam para o evento nacional. As modalidades do programa competitivo eram olímpicas, e diversos atletas que anos mais tarde atingiram destaque internacional conquistaram suas primeiras medalhas nesse evento esportivo para juventude (DENNIS; GRIX, 2012).

No Reino Unido, o evento esportivo que agrega atletas

escolares de todas as nações constituintes do reino britânico é o *School Games National Finals* (YST, 2020). Esse evento foi criado em 2006 como uma competição multiesportiva escolar que se inicia em eventos esportivos escolares locais de qualificação e avança para uma etapa nacional, quando se realiza a final anual do evento. Participam dos jogos escolares britânicos atletas escolares da Inglaterra, do País de Gales, da Escócia e da Irlanda do Norte. A representação da delegação é por região e é composta por atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas, portanto diferente da composição da delegação de atletas escolares que participam dos Jogos Escolares da Juventude no Brasil, onde a representação é por escola e sem a participação de atletas escolares com deficiência (YST, 2020; COB, 2020).

No Brasil, existem competições de atletas escolares com deficiência organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em parceria com o Ministério da Cidadania – onde atualmente se encontra a Secretaria Especial do Esporte. O evento se chama Paralimpíadas Escolares e acontece desde 2009. Ao longo dos anos, as Paralimpíadas Escolares se transformaram em um dos maiores eventos internacionais para escolares com deficiência (CPB, 2020).

Nos Jogos Escolares da Juventude de 2017, a delegação do Distrito Federal contou com atletas escolares de diversas modalidades individuais e coletivas. Essa diversidade de modalidades aguçou uma dúvida que aparece como o problema central desta pesquisa: atletas escolares de modalidades individuais e coletivas têm representação divergente no que diz respeito à condição social e também em relação ao local de prática esportiva e de estudo?

A hipótese deste estudo é que a representação de atletas escolares de modalidades individuais e coletivas não difere quanto à condição social, mas difere quanto ao local de prática e de estudo.

Acompanhando diversos eventos escolares nacionais, percebemos a existência de diferenças de representação nas modalidades, e esse fato sempre nos inquietou e nos motivou ao desenvolvimento desta pesquisa. A importância deste estudo reside no fato de esmiuçar informações acerca da composição da delegação de atletas escolares do Distrito Federal e, dessa forma, auxiliar a implementação das políticas públicas relacionadas ao esporte escolar.

O objetivo desta pesquisa foi verificar se atletas escolares de modalidades individuais e coletivas da delegação do Distrito Federal em 2017, tiveram representação diversa quando observados a condição social, local da prática esportiva e local de estudo.

Materiais e métodos

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa

quantitativa. Sua realização foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB)¹.

A amostra foi composta por 157 atletas escolares de ambos os sexos com idade entre 15 e 17 anos que integraram a delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017. Todos responderam voluntariamente a um questionário digital de questões fechadas, desenvolvido com a ferramenta digital *Google Forms* e enviado via correio eletrônico. Dados referentes a sexo, renda familiar, local de estudo, local da prática esportiva inicial, local da prática esportiva atual e modalidade esportiva foram analisados conforme descrito adiante. Escolheu-se o questionário como instrumento de pesquisa, pois, segundo Gil (2007, p. 116), “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos” e tem por propósito o “levantamento de informações”, que serão preenchidas “pelo próprio entrevistado” (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 73).

O endereço eletrônico dos atletas escolares foi obtido com a Gerência de Educação Física e Desporto Escolar (GEFID) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Em reunião da GEFID com todos os técnicos e atletas escolares, foi explicado o teor do questionário digital e sua função. As mensagens eletrônicas foram enviadas na semana que antecedeu o início dos Jogos Escolares da Juventude de 2017. Aberto o questionário digital, os respondentes leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que apareceu como primeira página em seu aparelho digital (celular, computador ou *tablet*) e decidiram preencher ou não o questionário digital. A média de tempo para resposta do questionário digital foi de cinco minutos. Apenas uma pequena parte dos questionários foi respondida antes do início do evento, e o monitoramento dessa informação levou a equipe de pesquisa ao hotel onde a delegação se encontrava para estimular o preenchimento do questionário digital. O contato no hotel foi feito inicialmente com os técnicos e posteriormente com os próprios atletas escolares.

Primeiramente, a amostra foi dividida entre aqueles que competem em modalidades coletivas (basquete, futsal, handebol e vôlei) e aqueles que competem em modalidades individuais (atletismo, judô, natação, luta olímpica, ciclismo, vôlei de praia, tênis de mesa, badminton, ginástica rítmica e xadrez). A presente estratificação das modalidades esportivas observou o regulamento do Jogos Escolares do Distrito Federal de 2017 (DISTRITO FEDERAL, 2020). Em seguida, as variáveis que seriam analisadas foram quantificadas em cada grupo.

O sexo foi referido como feminino ou masculino. A renda familiar foi identificada em valores correspondentes ao número de salários mínimos da época, e a classificação que em nossa análise estatística se mostrou sensível à comparação entre os grupos previamente estabelecidos foi de estrato econômico inferior (até quatro salários mínimos), estrato

econômico intermediário (de quatro a oito salários mínimos) e estrato econômico superior (mais de oito salários mínimos).

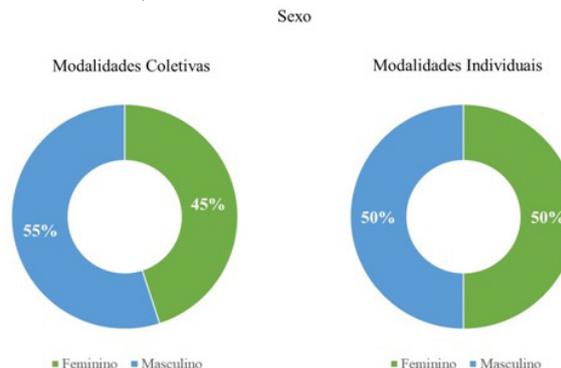
O local de estudo foi definido como escola privada ou escola pública. O local de início da prática esportiva e o local atual da prática esportiva foram categorizados como privado (escolas privadas e escolinhas de esporte privadas), público (escolas públicas, centros de iniciação desportiva e centros olímpicos) ou outros (classificação que não se enquadra nas anteriores).

As respostas a cada item foram organizadas em frequência relativa e comparadas entre os atletas escolares de modalidades coletivas e atletas escolares de modalidades individuais. Para isso, aplicamos o teste qui-quadrado com a ferramenta digital *Social Science Statistics*. As comparações cujo valor de p é inferior ou igual a 0,05 foram consideradas com diferença estatisticamente significativa.

Resultados

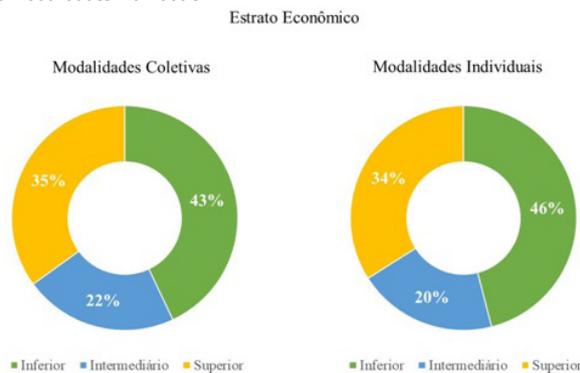
A proporção de atletas escolares do sexo masculino e do sexo feminino não diferiu entre as modalidades individuais e as modalidades coletivas ($p=0,48$), bem como a proporção de atletas escolares nos estratos econômicos inferior, intermediário e superior ($p=0,82$), como pode ser observado, respectivamente, na Figura 1 e na Figura 2.

Figura 1. Sexo dos atletas escolares da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017, nas modalidades coletivas e nas modalidades individuais



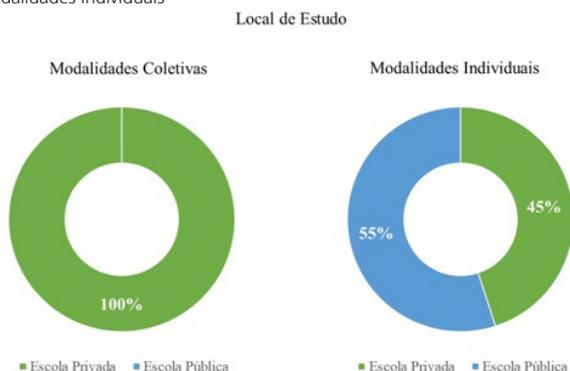
Fonte: Autores.

Figura 2. Estrato econômico dos atletas escolares da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017, nas modalidades coletivas e nas modalidades individuais



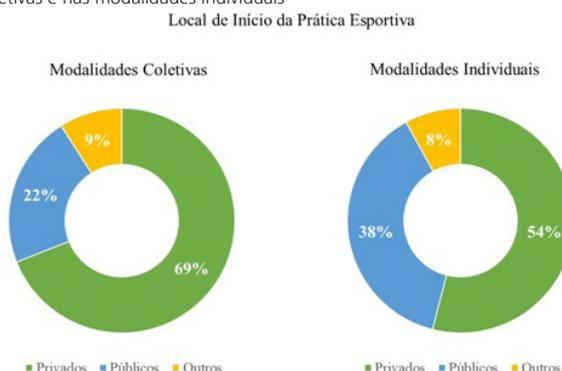
Fonte: Autores.

Figura 3. Local de estudo dos atletas escolares da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017, nas modalidades coletivas e nas modalidades individuais



Fonte: Autores.

Figura 4. Local de início da prática esportiva dos atletas escolares da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017, nas modalidades coletivas e nas modalidades individuais

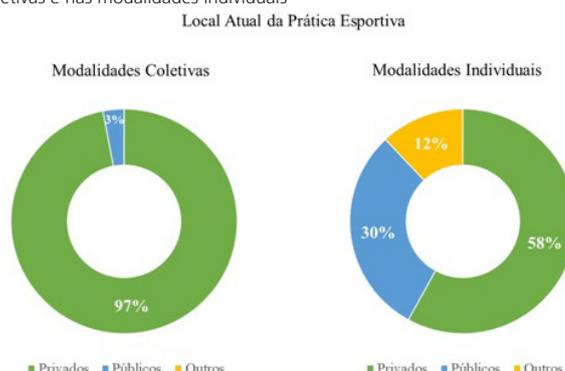


Fonte: Autores.

A proporção de atletas escolares oriundos de escolas privadas, entretanto, foi maior nas modalidades coletivas que nas modalidades individuais ($p < 0,01$), como observado na Figura 3.

Quanto ao local de início da prática esportiva, houve maior proporção de atletas escolares que iniciaram

Figura 5. Local atual da prática esportiva dos atletas escolares da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017, nas modalidades coletivas e nas modalidades individuais



Fonte: Autores.

em locais privados nas modalidades coletivas que nas modalidades individuais ($p = 0,05$), como fica demonstrado na Figura 4.

De maneira similar ao resultado supracitado, houve maior proporção de atletas escolares que atualmente praticam sua modalidade em locais privados nas modalidades coletivas que nas modalidades individuais ($p < 0,01$), como demonstrado na Figura 5.

Os locais públicos e privados de início da prática esportiva e da prática esportiva atual estão especificados na Tabela 1.

Discussão

Apesar de não haver diferença significativa na presença de atletas escolares de modalidades individuais e coletivas quando observados a partir dos diferentes estratos econômicos (inferior 46%/42%, intermediário 20%/23%, superior 34%/35%), quando a observação recai sobre o local de estudo, a diferença se verifica avassaladora. Na delegação de 2017, 100% dos atletas escolares de modalidades coletivas eram oriundos de escolas privadas.

Tabela 1. Local de início da prática esportiva e local da prática esportiva atual dos atletas escolares da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017, nas modalidades coletivas e nas modalidades individuais

	Modalidades Coletivas		Modalidades Individuais	
	Início (%)	Atual (%)	Início (%)	Atual (%)
Locais Públicos				
Escolas Públicas	4	0	13	11
Centros de Iniciação Desportiva	10	1	21	14
Centros Olímpicos	8	1	4	5
Locais Privados				
Escolas Privadas	48	94	18	6
Escolinhas de Esporte Privadas	21	4	35	51
Outros	9	0	9	13

Fonte: Autores

Em pesquisa realizada por Arantes *et al.* (2019b) sobre a delegação do esporte escolar do Distrito Federal em 2017, observou-se que o estrato econômico inferior teve maior representatividade, resultado provavelmente relacionado às iniciativas públicas federais e distritais, como Bolsa Atleta, Compete Brasília e Auxílio do Ministério do Esporte.

Costa *et al.* (2017), em estudo realizado com atletas escolares masculinos e femininos com idades entre 15 e 17 anos que participaram dos jogos escolares do município de Curitiba, no Paraná, retrata que, dos 16 possíveis campeões de modalidades coletivas (séries A e B, masculino e feminino das modalidades futsal, handebol, vôlei e basquete), 13 eram provenientes de escolas privadas, e apenas três campeões eram oriundos de escola pública.

Apesar de os dados de nossa pesquisa serem relacionados à delegação do Distrito Federal e os dados da pesquisadora retratarem os Jogos de Curitiba – portanto a fase classificatória dos Jogos Escolares do Paraná, onde será selecionada a delegação do estado para representá-lo nos Jogos Escolares da Juventude –, esses dados, no mínimo, apresentam a tendência observada em nosso estudo de que as escolas privadas dominam o esporte coletivo no nível escolar.

Em pesquisa realizada com professores sobre fatores que levaram ao êxito de determinadas escolas públicas, entre os anos de 2012 e 2016, nos Jogos Escolares do Paraná, nas modalidades individuais atletismo e natação, os fatores apontados pelos entrevistados foram: incentivo do governo, qualidade da infraestrutura, profissional capacitado, relação esporte e escola, formação do atleta e espetacularização do esporte (COSTA, 2018). No período pesquisado, escolas públicas tiveram resultados diferenciados no atletismo, com três escolas estaduais se sobressaindo. Na natação, no conjunto de resultados desse período, os dois primeiros lugares ficaram com escolas privadas, e a escola pública apareceu na terceira posição.

Em pesquisa realizada por Martines (2008), os professores de escola pública reclamam das dificuldades que enfrentam para levar os atletas escolares oriundos de escolas públicas para competir. Uma das queixas recai sobre a falta de horas-treinamento, o que leva os professores a trabalharem no sábado (sem remuneração extra), e sobre a inexistência de equipamento necessário para treinamento adequado.

Como verificado em Costa (2018) e Martines (2008), os professores, quando obtiveram sucesso nos jogos escolares, relataram como muito importante o apoio governamental e, no caso de insucesso, apontaram a falta de apoio governamental. Portanto a presença do governo municipal, estadual ou federal é muito relevante para o sucesso da participação dos atletas escolares oriundos de escolas públicas.

Como em nossa pesquisa observamos o insucesso de escolas públicas no caso das modalidades coletivas e um relativo sucesso nas modalidades individuais, parece que um possível indicador para tais resultados é que houve apoio no caso das modalidades individuais, mas o contrário teria acontecido com as coletivas. Outra possibilidade seria interpretar que o esforço que o governo faz para alcançar sucesso esportivo no ambiente escolar tem menor resistência das escolas privadas quando se trata de modalidade individual, e o inverso ocorre quando se trata de modalidade coletiva. Ou seja, a escola privada tem maior interesse em desenvolver as modalidades coletivas do que treinar atletas para modalidades individuais e, para isso, disponibilizam horário no contraturno escolar para treinamento, com professor especialista em treinamento esportivo recebendo para esse fim. Dessa forma, tornam-se muito competitivas nas modalidades coletivas.

Em pesquisa orientada para discutir os motivos da competitividade em jovens do sexo masculino e feminino entre 13 a 17 anos, praticantes do esporte escolar na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, Passos-Santo e Rech (2017) relatam que não foram observadas diferenças significativas entre atletas escolares de modalidade individual e coletiva em nenhuma das dimensões estudadas – orientada para vitória, orientada para performance e orientada para *status* ($p > 0,05$) – e também não foram observadas diferenças significativas entre os atletas escolares de estratos econômicos diversos.

Ou seja, corroborando os achados desta pesquisa, quando se observam os praticantes das modalidades esportivas coletivas e individuais nos jogos escolares, não se verifica diferença significativa relacionada a estrato social. Acrescente-se que essa diferença também não ocorre quanto à motivação. O que parece ocorrer é que as escolas privadas são um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades coletivas, e isso é o que faz diferença na participação majoritária e nos resultados superiores dessas escolas no que tange aos jogos escolares.

Segundo Silva (2014), em estudo que verifica as ações gerenciais e os resultados esportivos das escolas públicas nos JEDF, entre os anos de 2008 e 2013, observou-se que poucas escolas particulares obtiveram muitas vitórias, e muitas escolas públicas obtiveram poucas vitórias. Os resultados ainda apontam um número crescente de participação das escolas públicas no período estudado e o atingimento de percentual de participação de 63,46% na etapa 12 a 14 anos e de 68,79% na etapa 15 a 17 anos. Segundo o pesquisador, o aumento da participação das escolas públicas verificado no estudo coincide com o fornecimento do transporte para a participação das escolas públicas no JEDF, demonstrando novamente a relevância de ações governamentais.

Os achados da pesquisa de Silva (2014) apresentaram outros resultados importantes a destacar: em 2013, quanto às modalidades coletivas, foi observada prevalência da participação de escolas privadas nas modalidades voleibol, handebol e basquetebol e de escolas públicas nas modalidades futsal e futebol de campo. Quanto às modalidades individuais, ocorreu maior participação de escolas privadas nas modalidades judô, natação, ginástica rítmica, vôlei de praia, ciclismo e peteca, e prevaleceu maior participação de escolas públicas no atletismo, xadrez, tênis de mesa e luta olímpica.

O fato de o futsal e o futebol de campo serem exceções entre as modalidades coletivas devido à maior participação das escolas públicas pode ter relação com o papel diferenciado do futebol na cultura esportiva brasileira. Um estudo recente conduzido por Lima et al. (2019) demonstrou que o futebol segue como esporte mais praticado recreacionalmente no período de lazer por homens adultos no Brasil, principalmente entre aqueles situados no quartil mais baixo de renda da amostra analisada. Deste modo, parece razoável hipotetizar que a popularidade do futebol no país lhe conferiu características concretas (ex. maior número de equipamentos públicos destinados especificamente à sua prática) e simbólicas (ex. presença no inconsciente coletivo) que possibilitam acesso igualitário à sua prática também para atletas escolares, possibilitando, em alguns momentos, a superação dos fatores que levam à hegemonia das escolas privadas nas modalidades coletivas.

Segundo Silva (2014), o programa Atleta na Escola, dos ministérios da Educação e do Esporte, pode ter contribuído para a expressiva participação do atletismo e do judô verificada nos Jogos Escolares do Distrito Federal de 2013. O pesquisador ainda afirma que a grande participação de escolas públicas nas modalidades luta olímpica e tênis de mesa se deve aos núcleos de treinamentos nos centros de iniciação desportiva (CID), fomentados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, onde essas modalidades são desenvolvidas. Em termos de resultado esportivo geral, a prevalência dos melhores resultados é das escolas privadas, porém ocorreu domínio das escolas públicas nas modalidades luta olímpica, tênis de mesa e xadrez.

Quanto ao lócus de início da atividade esportiva e ao lócus da prática esportiva atual, os resultados apontam uma diferença significativa entre modalidades coletivas e individuais. Os dados indicam que, para as modalidades coletivas, tanto o início da prática esportiva (69%) quanto a prática esportiva atual (97%) ocorrem prioritariamente em ambientes privados. Nas modalidades individuais, os espaços privados são importantes para o início (54%) e para a prática atual (58%), portanto, os espaços públicos são mais relevantes para as modalidades individuais. Entre os

locais públicos de início e de prática da atividade esportiva atual, o CID é o local com maior relevância.

Observa-se nos atletas escolares de modalidades coletivas que, entre o lócus de início e o lócus da prática atual, existe diminuição das práticas em lugares públicos (22%/3%) e aumento da prática em locais privados (69%/97%). Nas modalidades individuais, esse movimento também acontece, porém de forma menos acentuada. Entre o lócus da prática de início e o atual (38%/30%) ocorre diminuição da importância do espaço público e aumento da prática em locais privados (54%/58%).

Essas últimas informações parecem nos dizer que, quanto às modalidades coletivas, se nada mudar, as escolas públicas vão continuar sem espaço na delegação escolar do Distrito Federal e, se para as modalidades individuais a importância do ambiente privado para o início e para a prática atual continuar crescendo, é possível que daqui a alguns anos a presença da escola pública diminua ainda mais na delegação do Distrito Federal que representa a cidade na etapa nacional dos Jogos Escolares da Juventude.

Como já pontuaram os pesquisadores Arantes *et al.* (2019b), Costa (2018) e Silva (2014), essa situação não é definitiva nem irreversível. Para resultados diversos, em que a escola pública tenha uma representação que expresse seu tamanho e sua potência na delegação do Distrito Federal que vai aos Jogos Escolares da Juventude, etapa nacional, é importante que o Governo do Distrito Federal, por intermédio das secretarias de Educação e do Esporte, fomenta de forma mais incisiva o esporte escolar.

Ações que podem fortalecer a presença da escola pública no esporte escolar, ajudando a disseminar a cultura do esporte pelo Distrito Federal, são: professores com parte da carga horária voltada ao treinamento das equipes da escola, ampliação da oferta de CID, mais modalidades e mais núcleos, formação continuada para professores que trabalham com esporte escolar e que participam dos jogos escolares, sensibilização nas escolas para a importância da participação de jovens nos jogos escolares, fomento de jogos dentro das escolas como uma das etapas seletivas, transporte para atletas escolares participarem das competições, ampliação da oferta de bolsa atleta na categoria escolar e aumento de seu valor e orientação para o programa Compete Brasília privilegiar os campeões do JEDF.

Considerações finais

A hipótese inicial deste trabalho se confirmou, portanto, a representação de atletas escolares de modalidades individuais e coletivas não difere quanto à condição social, mas difere quanto ao local de prática e de estudo.

Os resultados demonstram que as modalidades coletivas se desenvolvem prioritariamente em ambientes

privados. Outro fato percebido é que, do início da prática esportiva para a prática no momento presente, há um deslocamento dos ambientes públicos para os ambientes privados, tanto nas modalidades individuais quanto nas coletivas, porém tal deslocamento é mais acentuado nas modalidades coletivas.

Esses dados parecem mostrar que, se nada mudar, as escolas públicas vão continuar sem espaço na delegação escolar do Distrito Federal quando disputarem as vagas para modalidades coletivas e devem perder o espaço paulatinamente nas modalidades individuais, portanto é possível que, daqui a alguns anos, a representação da escola pública diminua ainda mais na delegação do Distrito Federal.

O principal equipamento público para o início e para a prática atual é o centro de iniciação desportiva (CID). Quanto ao equipamento privado, o principal é a escola privada. Se o poder público no Distrito Federal organizou o desenvolvimento esportivo a partir do CID e não de escolas públicas, ao contrário das escolas privadas,

é importante desenvolver estratégias para que escolas inteiras participem dos treinamentos em um mesmo CID, pois a representação nos Jogos Escolares ocorre a partir das escolas. Isso não faz muita diferença nas modalidades individuais, porém, para as coletivas, faz toda a diferença, já que o time necessita treinar junto para buscar bons resultados.

Outro fato importante é que as escolas privadas têm política de oferta de bolsas de estudo para os melhores atletas escolares, o que facilita agrupar em uma mesma escola atletas escolares de ótimo nível, principalmente nas modalidades coletivas. Para mitigar esse deslocamento, é importante criar condições de estudo e de desenvolvimento esportivo mais atraentes tanto nas escolas públicas quanto no CID.

Para próximos estudos, sugerimos conhecer melhor o funcionamento dos equipamentos públicos CID e vias olímpicas e verificar como estes podem ajudar estudantes de escolas públicas a terem mais oportunidades de participar da delegação do esporte escolar da cidade. ■

Notas

¹ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 79106117.4.0000.0023.

Referências

- ARANTES, A. A. C.; SILVA, F. M.; SARMENTO, J. P.; BRAVO, G.; MELO, G. F. A percepção dos gestores de esporte sobre os Jogos Escolares Brasileiros. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia/GO, v. 22, p. 2-13, 2019a.
- ARANTES, A. A. C.; FERREIRA, V. T.; SANTOS, T. R. S.; MELO, G. M. Influência da condição financeira na composição da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude 2017. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 217-230, jul-dez\2019b.
- ARANTES, A. A. C.; SILVA, F. M.; SARMENTO, J. P. Jogos Escolares Brasileiros: reconstrução histórica. **Revista Motricidade**, Ribeira de Pena, Portugal, v. 8, n. 2, p. 916-924, 2012.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 17. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL (COB). **Regulamento Geral dos Jogos Escolares da Juventude 2020**. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/bd067e8063a9d/>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Paralimpíadas Escolares**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/competicoes/3>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- COSTA, I. P. **Fatores determinantes para o êxito nos Jogos Escolares do Paraná a partir da perspectiva dos professores: o caso da natação e do atletismo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2018.
- COSTA, I. P.; HERCULES, E. D.; CAREGNATO, A. F.; SILVA, C. L.; CAVICHIOLLI, F. R. Jogos escolares do Paraná: análise da competição no Município de Curitiba. **Educación Física y Ciencia**, v. 19, n. 1, 2017.
- DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; BOTTENBURG, M. V.; SHIBLI, S. A conceptual framework for analysing sports policy factors leading to international sporting success. **European Sport Management Quarterly**, v. 6, n. 2, p. 185-215, 2006.
- DENNIS, M.; GRIX, J. **Sport under communism: behind the East German “Miracle”**. Finding and Promoting Young Sporting Talent. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.

- DIEGEL, H. The context of talent identification and promotion: a comparison of nations. **International Association of Athletics Federations**, v. 17, n. 3, p. 13-26, 2002.
- DISTRITO FEDERAL. **Regulamento Geral do 57º Jogos Escolares do Distrito Federal**. Disponível em: http://escolas.se.df.gov.br/gefid/images/REGULAMENTO_GERAL_JEDF_2017__FINAL.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- GREEN, M.; OAKLEY, B. Elite sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, v. 20, n. 4, p. 247-276, 2001.
- LIMA, M. G.; MALTA, D. C.; MONTEIRO, C. N. M.; SOUSA, N. F. S. Leisure-time physical activity and sports in the Brazilian population: a social disparity analysis. **PLoS ONE**, v. 14, n. 12, p. 1-11, 2019.
- MARTINES, I. C. Uma análise dos jogos colegiais do Paraná a partir da sociologia configuracional. *In: Anais do Simpósio Internacional Processo Civilizador*, 11, 2008, Buenos Aires. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 349-358.
- PASSOS-SANTO, J. P.; RECH, C. R. Motivos à prática no esporte escolar em adolescentes. **Horizontes**, Dourados/MS, v. 5, n. 10, p. 101-113, jul./dez. 2017.
- SILVA, L. P. A. **As ações gerenciais e os resultados esportivos das escolas públicas participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- YOUTH SPORT TRUST (YST). **School games**. Disponível em: <https://www.youthsporttrust.org/school-games>. Acesso em: 14 fev. 2020.